

Política orçamentária, fiscal e tributária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que embasou a elaboração do Orçamento da União para 2010 (Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009), estabeleceu meta de superávit primário para o setor público consolidado equivalente a 3,3% do PIB para o ano, dos quais 2,15% a cargo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, 0,2% na esfera das empresas estatais federais e 0,95% no âmbito dos governos regionais. A LDO também determinou que o superávit poderia ser reduzido em até R\$22,5 bilhões, para o atendimento de despesas no âmbito do PAC, e que a este valor poderiam ser acrescidos os gastos com “restos a pagar” e o excesso da meta de superávit primário apurado no exercício de 2009.

O limite de abatimento com despesas amparadas pelo PAC foi elevado para R\$29,8 bilhões, por meio da Lei nº 12.182, de 29 de dezembro de 2009. Adicionalmente, a Lei nº 12.377, de 30 de dezembro de 2010, autorizou que fosse conferido tratamento específico ao Grupo Eletrobrás, excluindo-o do cálculo do resultado fiscal do setor público. Em consequência, a meta de superávit primário para 2010 foi reduzida de 3,3% para 3,1% do PIB.

Quanto às medidas na esfera tributária, foi prorrogada, por seis meses, a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com alíquota zero, para bens de capital, tratores e caminhão, por meio do Decreto nº 7.222, de 29 de junho de 2010; e, por um ano, a relativa a produtos da construção civil, através do Decreto nº 7.394, de 15 de dezembro de 2010. A alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente nas liquidações de câmbio para ingresso no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro (renda fixa), foi elevada de 2% para 4%, mediante a edição do Decreto nº 7.323, de 4 de outubro de 2010, e para 6%, por meio Decreto nº 7.330, de 18 de outubro de 2010.

Outras medidas de política econômica

O Congresso Nacional aprovou, em 2010, os quatro projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo referentes ao marco regulatório da exploração do petróleo na camada

de pré-sal. As três leis ordinárias, deles derivadas, mudam o regime de exploração da produção das reservas de petróleo, de concessão para partilha, e conferem à Petrobras a condição de única empresa operadora, com o mínimo de 30% de participação no consórcio contratado; criam um fundo social para ser usado no combate à pobreza e no desenvolvimento da educação e outras ações governamentais; instituem a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), que será responsável pela gestão dos contratos de partilha; e cedem à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra do petróleo e gás natural nesse sítio.

O Presidente da República vetou artigo que estabelecia a partilha da receita proveniente dos *royalties* de acordo com os mesmos critérios adotados para os fundos de participação dos estados e municípios.

Necessidades de financiamento do setor público

O setor público consolidado registrou superávit primário de R\$101,7 bilhões em 2010. O aumento anual de 0,73 p.p. do PIB refletiu as elevações nos resultados do Governo Central e das empresas estatais e o recuo registrado no superávit nas empresas estatais.

O aumento do superávit primário do Governo Central atingiu 0,81 p.p. do PIB, traduziu a elevação de 0,62 p.p. assinalada no superávit do governo federal e a redução de 0,18 p.p. no déficit da Previdência Social.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	86 010	3,6	74 460	2,8
Governo Central ^{2/}	74 475	3,1	59 607	2,2
Governos estaduais	13 740	0,6	10 335	0,4
Governos municipais	2 867	0,1	2 369	0,1
Empresas estatais	-5 072	-0,2	2150	0,1
Primário	-75 915	-3,2	-88 078	-3,3
Governo Central ^{2/}	-51 352	-2,2	-59 439	-2,2
Governos estaduais	-16 370	-0,7	-25 998	-1,0
Governos municipais	-3 345	-0,1	-3 936	-0,1
Empresas estatais	-4 849	-0,2	1295	0,0
Juros nominais	161 925	6,8	162 538	6,1
Governo Central ^{2/}	125 827	5,3	119 046	4,5
Governos estaduais	30 110	1,3	36 333	1,4
Governos municipais	6 212	0,3	6 305	0,2
Empresas estatais	- 223	-0,0	855	0,0

(continua)

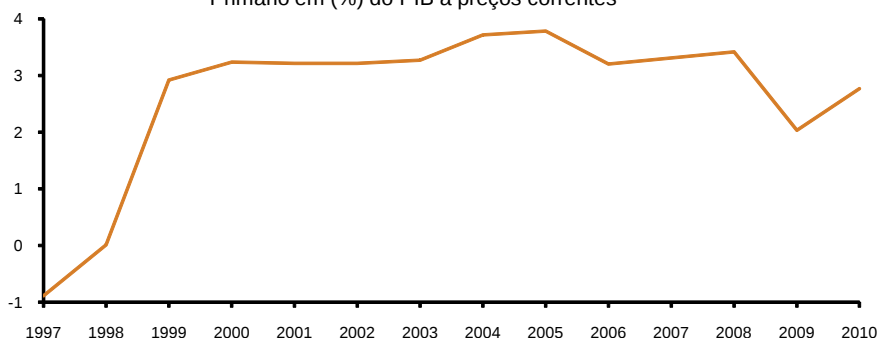
Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2008		2009		2010	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	61 927	2,0	106 242	3,3	93 673	2,5
Governo Central ^{2/}	24 891	0,8	107 363	3,4	45 785	1,2
Governos estaduais	29 715	1,0	-3 317	-0,1	40 442	1,1
Governos municipais	5 494	0,2	1 236	0,0	7 309	0,2
Empresas estatais	1 827	0,1	960	0,0	137	0,0
Primário	-103 584	-3,4	-64 769	-2,0	-101 696	-2,8
Governo Central ^{2/}	-71 308	-2,4	-42 443	-1,3	-78 723	-2,1
Governos estaduais	-25 931	-0,9	-17 957	-0,6	-16 961	-0,5
Governos municipais	-4 644	-0,2	-3 045	-0,1	-3 674	-0,1
Empresas estatais	-1 701	-0,1	-1 323	-0,0	-2 338	-0,1
Juros nominais	165 511	5,5	171 011	5,4	195 369	5,3
Governo Central ^{2/}	96 199	3,2	149 806	4,7	124 509	3,4
Governos estaduais	55 646	1,8	14 639	0,5	57 403	1,6
Governos municipais	10 138	0,3	4 281	0,1	10 983	0,3
Empresas estatais	3 528	0,1	2284	0,1	2474,7	0,1

1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

Gráfico 4.1
Necessidades de financiamento do setor público
Primário em (%) do PIB a preços correntes



As receitas do Governo Central, evidenciando o aumento anual de 27,1% das receitas do Tesouro Nacional (1,82 p.p. do PIB), totalizaram R\$919,8 bilhões, ressaltando-se os impactos do ingresso de R\$74,8 bilhões, sem correspondência no exercício precedente, da receita decorrente da cessão onerosa de exploração de petróleo no pré-sal. No mesmo sentido, concorreram os efeitos da expansão da economia sobre a arrecadação dos principais tributos, a retirada de incentivos introduzidos para mitigar os efeitos da crise econômica e a elevação da alíquota do IOF-câmbio.

As despesas do Governo Central somaram R\$700,1 bilhões, elevando-se 22,4% no ano e passando a representar 19,05% do PIB, ante 17,96% em 2009. Desse total, R\$442,2 bilhões corresponderam a despesas do Tesouro Nacional; R\$254,9 bilhões, a encargos da

Previdência Social; e R\$3 bilhões, a despesas primárias de responsabilidade do Banco Central.

Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R\$ milhões					
Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	716 658	739 304	919 772	3,2	24,4
Tesouro Nacional	551 343	555 054	705 297	0,7	27,1
Receita bruta	564 731	569 844	719 530	0,9	26,3
Restituições (-)	13 388	14 790	14 234	10,5	-3,8
Previdência Social	163 355	182 008	211 968	11,4	16,5
Banco Central	1 959	2 242	2 508	14,4	11,8
Transferências a estados e municípios	133 076	127 684	140 678	-4,1	10,2
Receita líquida total	583 582	611 620	779 094	4,8	27,4
Despesa total	497 901	572 185	700 129	14,9	22,4
Tesouro Nacional	295 907	344 437	442 243	16,4	28,4
Previdência Social	199 562	224 876	254 859	12,7	13,3
Banco Central	2 431	2 872	3 027	18,1	5,4
Fundo Soberano do Brasil ^{1/}	14 244	0	0	-	-
Resultado do Governo Central ^{2/}	71 438	39 436	78 966	-44,8	100,2
Tesouro Nacional	108 117	82 933	122 376	-23,3	47,6
Previdência Social	-36 207	-42 868	-42 891	18,4	0,1
Banco Central	-472	-630	-519	33,4	-17,6
Resultado primário/PIB – %	2,4	1,2	2,2	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Constitui déficit do Tesouro Nacional.

2/ (+) = superávit; (-) = déficit.

Quadro 4.3 – Receita bruta do Tesouro Nacional

R\$ milhões					
Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	564 733	569 846	719 531	0,9	26,3
Impostos e contribuições	484 701	470 684	546 285	-2,9	16,1
Demais receitas	80 032	99 162	173 246	23,9	74,7
Compensações financeiras ^{1/}	25 032	19 412	24 421	-22,5	25,8
Diretamente arrecadadas	22 470	23 534	27 363	4,7	16,3
Dividendos da União	13 364	26 683	22 414	99,7	-16,0
Concessões	6 080	3 091	1 158	-49,2	-62,5
Cessão onerosa para exploração de petróleo	-	-	74 808	-	-
Outras	13 086	26 442	23 082	102,1	-12,7

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ Receitas sobre a produção de petróleo e gás natural.

Quadro 4.4 – Despesas do Tesouro Nacional

R\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Despesas total	295 907	344 657	442 243	16,5	28,3
Pessoal e encargos sociais	130 829	151 653	166 487	15,9	9,8
Custeio e capital	164 036	191 825	274 514	16,9	43,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador	21 027	27 433	30 311	30,5	10,5
Subsídios e subvenções econômicas	5 980	5 411	7 845	-9,5	45,0
Benefícios assistenciais (Loas/RMV)	16 036	18 946	22 234	18,1	17,4
Capitalização da Petrobras	-	-	42 928	-	-
Outras despesas de custeio e capital	120 993	140 035	171 196	15,7	22,3
Outras despesas de custeio	92 724	105 898	124 090	14,2	17,2
Investimento	28 269	34 137	47 106	20,8	38,0
Transferências do Tesouro ao Bacen	1 042	1 179	1 242	13,1	5,3

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

Os dispêndios com pessoal e encargos sociais – funcionários ativos, inativos e pensionistas – atingiram R\$166,5 bilhões, 4,55% do PIB, ante R\$151,7 bilhões, 4,76% do PIB, em 2009.

Os gastos de custeio e capital somaram R\$274,5 bilhões, ressaltando-se que o crescimento anual de 43,1% foi influenciado pela capitalização de R\$42,9 bilhões da Petrobrás. Excluída essa operação, o crescimento se reduz para 20,7%.

As despesas com investimento atingiram R\$47,1 bilhões, superando em 38% os gastos realizados em 2009. Os dispêndios com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e com benefícios assistenciais Lei Orgânica da Assistência Social/ Renda Mensal Vitalícia (Loas/RMV), influenciados pelo reajuste do salário mínimo, somaram, na ordem, R\$30,3 bilhões e R\$22,2 bilhões, registrando aumentos respectivos de 10,5% e 17,4%.

Os juros nominais, apropriados por competência, representaram 5,32% do PIB em 2010, recuando, em linha com a trajetória da taxa Selic média, 0,05 p.p. do PIB no ano. O déficit nominal do setor público totalizou 2,55% do PIB, ante 3,34% do PIB em 2009. O financiamento desse resultado ocorreu, seguindo padrão semelhante ao assinalado no ano anterior, mediante expansões da dívida bancária líquida, da dívida mobiliária e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, neutralizadas, em parte, pela redução registrada no financiamento externo líquido.

Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$1.603,9 bilhões, 43,6% do PIB, ao final de 2010, ante R\$1398,4 bilhões, 43,9%

Quadro 4.5 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2008		2009		2010	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	61 927	2.0	106 242	3.3	93 673	2.5
Primário	-103 584	-3.4	-64 769	-2.0	-101 696	-2.8
Juros internos	167 957	5.5	171 177	5.4	194 475	5.3
Juros reais	60 310	2.0	181 577	5.7	23 976	0.7
Atualização monetária	107 647	3.6	-10 400	-0.3	170 499	4.6
Juros externos	-2 446	-0.1	-167	-0.0	894	0.0
Fontes	61 927	2.0	106 242	3.3	93 673	2.5
Financiamento interno	87 240	2.9	161 541	5.1	178 530	4.9
Dívida mobiliária	171 111	5.6	265 483	8.3	35 185	1.0
Dívida bancária	-87 099	-2.9	-123 218	-3.9	100 867	2.7
Renegociações	-	-	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-	-	-
Demais	3 228	0.1	19 276	0.6	42 478	1.2
Relacionamento TN/Bacen	767	-	-	-	-	-
Financiamento externo	-26 080	-0.9	-55 299	-1.7	-84 857	-2.3
PIB em 12 meses ^{1/}	3 031 864		3 185 125		3 674 964	

^{1/} PIB a preços correntes.

do PIB, em 2009. O recuo anual refletiu emissões líquidas totais de R\$36,8 bilhões, incorporação de juros de R\$169,1 bilhões, e o impacto de R\$0,4 bilhão decorrente da apreciação do real em relação ao dólar.

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizaram R\$2.307,1 bilhões em dezembro de 2010, dos quais R\$703,2 bilhões em poder do Banco Central e R\$1.603,9 bilhões em poder do mercado.

Relativamente à distribuição dos títulos por indexador, a participação dos títulos prefixados elevou-se de 33,7% do total, em dezembro de 2009, para 37,9%, em dezembro de 2010, principalmente em decorrência de emissões líquidas de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e dos juros incorporados. A participação dos títulos indexados à taxa Selic, refletindo resgates líquidos de Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), decresceu de 35,8% para 32,5%, enquanto a parcela dos títulos vinculados à taxa de câmbio passou de 0,7% para 0,6%, em razão da apreciação do real. A representatividade dos títulos indexados à Taxa Referencial (TR) reduziu-se de 1,2% para 0,8% e a dos títulos atrelados a índices de preços, de 28,6% para 28,1%, como reflexo dos resgates líquidos de Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) e Nota do Tesouro Nacional – Série C (NTN-C).

As operações de *swap* do Banco Central, em razão da estratégia adotada para igualar as quantidades compradas e vendidas em dólar, apresentaram exposição nula em 2010.

Quadro 4.6 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010
Responsabilidade do TN	1 390 694	1 583 871	1 759 134	2 036 231	2 307 143
Carteira do Banco Central	297 198	359 001	494 311	637 815	703 203
LTN	164 989	158 748	131 149	132 191	112 341
LFT	72 737	78 955	187 346	242 856	271 074
NTN	59 472	121 298	175 817	262 768	319 788
Créditos securitizados	0	0	0	0	0
Fora do Banco Central	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940
LTN	346 984	325 149	239 143	247 270	354 731
LFT	412 034	409 024	453 131	500 224	521 705
BTN	39	27	30	18	13
NTN	296 598	451 132	538 380	621 479	701 128
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	14 532	13 903	14 306	12 851	13 141
Créditos securitizados	17 793	20 777	15 089	12 058	9 096
Dívida agrícola	1 302	0	0	0	0
TDA	4 213	4 859	4 743	4 516	4 125
CDP	0	0	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	0	0	0	0	0
LBC	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-
NBCE	-	-	-	-	-
NBCF	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940
Em % do PIB	45,1	43,7	40,6	43,8	41,7

O Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública federal de 2010 definiu os seguintes limites mínimos e máximos a serem atingidos até o final do ano para as participações dos indexadores no total da dívida pública: títulos prefixados, 31% e 37%; indexados a índices de preços, 24% e 28%; atrelados à taxa *over/Selic*, 30% e 34%; vinculados ao câmbio, 5% e 8%. Em dezembro, esses percentuais atingiram, na ordem, 37,9%, 28,1%, 32,5% e 0,6%.

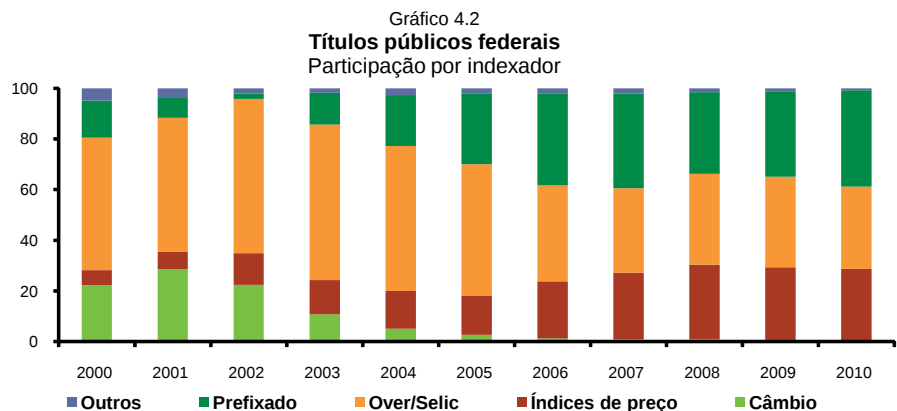
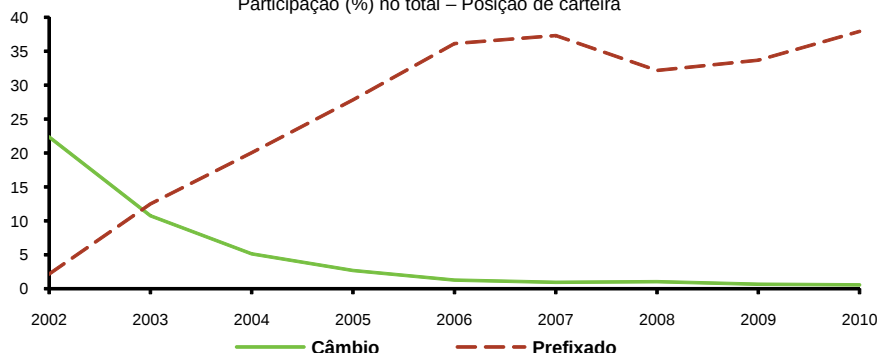


Gráfico 4.3
Evolução da estrutura da dívida mobiliária
Participação (%) no total – Posição de carteira



As operações compromissadas realizadas no mercado aberto, que representam financiamentos de curtíssimo e curto prazo, atingiram R\$288,7 bilhões em dezembro, ante R\$454,7 bilhões em igual mês de 2009, registrando-se compras líquidas de títulos de R\$202,1 bilhões e incorporação de juros de R\$36,1 bilhões.

Quadro 4.7 – Títulos públicos federais

Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total – R\$ milhões	979 662	1 093 495	1 224 871	1 264 823	1 398 415	1 603 940
Câmbio	2,7	1,3	0,9	1,1	0,7	0,6
TR	2,1	2,2	2,1	1,6	1,2	0,8
IGP-M	7,0	6,4	5,8	5,1	4,6	4,5
Over/Selic	51,8	37,8	33,4	35,8	35,8	32,5
Prefixado	27,9	36,1	37,3	32,2	33,7	37,9
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	1,1	0,9	0,7	0,6	0,4	0,3
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	7,4	15,3	19,8	23,6	23,6	23,3
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações de financiamento, referente a dezembro de 2010, evidenciou que 21,3% da dívida registrava vencimento em 2011; 18,8%, em 2012; e 59,9%, a partir de janeiro de 2013. A estrutura de vencimentos para os títulos vincendos em doze meses, de 21,3%, situou-se 2,7 p.p abaixo do limite mínimo estabelecido pelo PAF 2010, de 24%. O prazo médio de vencimento da dívida em dezembro atingiu 40,3 meses, 0,5 mês abaixo do limite mínimo estabelecido no PAF 2010, que fixou o intervalo de 40,8 e 44,4 meses.

Tabela 4.8 – Operações compromissadas – Mercado aberto

Saldos e participações

Período		R\$ milhões				
		Até 1 mês		Acima de 1 mês		Total
		Saldo	%	Saldo	%	Saldo
2003	Dez	43 742	78,5	11 975	21,5	55 717
2004	Dez	7 797	16,5	39 410	83,5	47 207
2005	Dez	-24 430	-106,9	47 286	206,9	22 856
2006	Dez	5 800	9,7	54 231	90,3	60 030
2007	Mar	41 656	39,3	64 281	60,7	105 937
	Jun	10 198	7,5	126 562	92,5	136 760
	Set	7 561	4,3	168 525	95,7	176 086
	Dez	-1 460	-0,9	167 274	100,9	165 813
2008	Mar	37 349	18,2	167 643	81,8	204 991
	Jun	42 818	18,4	190 311	81,6	233 129
	Set	87 261	30,9	195 107	69,1	282 368
	Dez	88 303	29,4	212 188	70,6	300 491
2009	Mar	124 877	33,7	246 066	66,3	370 943
	Jun	68 826	17,8	316 797	82,2	385 624
	Set	60 179	14,0	369 497	86,0	429 676
	Dez	31 846	7,4	396 029	92,6	427 874
2010	Mar	92 320	22,8	312 448	77,2	404 767
	Jun	25 958	7,4	324 771	92,6	350 729
	Set	36 861	9,8	340 827	90,2	377 688
	Dez	2 033	0,8	257 215	99,2	259 248

Dívida Líquida do Setor Público

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$1.475,8 bilhões em 2010, 40,2% do PIB, ante 42,8% do PIB em 2009. Esse movimento refletiu as contribuições do crescimento anual do PIB, -5,7 p.p, e do superávit primário acumulado no ano, -2,8 p.p. do PIB, parcialmente neutralizadas pelo impacto da apropriação dos juros nominais, 5,3 p.p. do PIB; da valorização cambial de 4,3% acumulada no ano, 0,5 p.p. do PIB; e do reconhecimento de dívidas, 0,1 p.p. do PIB.

Destacaram-se, na evolução da composição da DLSP em 2010, o aumento da parcela credora vinculada à TJLP, em linha com o crescimento dos ativos do governo federal junto ao BNDES, com contrapartida no crescimento da dívida mobiliária da União, e o crescimento da parcela pré-fixada. O prazo médio de vencimento dos títulos federais, parcela mais expressiva da DLSP, reduziu-se de 40,39 meses para 40,28 meses no ano.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), representada pelos débitos do governo federal, da Previdência Social e dos governos regionais, totalizou R\$2.011,5 bilhões

Quadro 4.9 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2007		2008	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 211 762	45.5	1 168 238	38.5
Dívida líquida – Variação acumulada no ano	91 710	-1.7	-43 524	-7.0
Fatores condicionantes (fluxos acum. ano): ^{1/}	91 710	3.4	-43 524	-1.4
Necessidade de financiamento do setor público	74 460	2.8	61 927	2.0
Primário	-88 078	-3.3	-103 584	-3.4
Juros nominais	162 538	6.1	165 511	5.5
Ajuste cambial ^{2/}	21 396	0.8	-78 426	-2.6
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	-2 432	-0.1	3 180	0.1
Dívida externa	23 828	0.9	-81 606	-2.7
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	-2 252	-0.1	-26 394	-0.9
Reconhecimento de dívidas	-630	-0.0	135	0.0
Privatizações	-1 265	-0.0	-767	-0.0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-5.2		-5.6
PIB em R\$ milhões	2 661 343		3 031 864	

(continua)

em 2010, representando 54,7% do PIB. A redução anual de 7,2 p.p. do PIB refletiu o impacto do crescimento PIB nominal, 8,3 p.p., e dos resgates líquidos, 4,9 p.p., neutralizado, em parte, pelo efeito da apropriação de juros nominais, 5,9 p.p., e do

Quadro 4.9 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2009		2010	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 362 711	42.8	1 475 820	40.2
Dívida líquida – Variação acumulada no ano	194 472	4.3	113 109	-2.6
Fatores condicionantes (fluxos acum. ano) ^{1/}	194 472	6.1	113 109	3.1
Necessidade de financiamento do setor público	106 242	3.3	93 673	2.5
Primário	-64 769	-2.0	-101 696	-2.8
Juros nominais	171 011	5.4	195 369	5.3
Ajuste cambial ^{2/}	80 886	2.5	17 677	0.5
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	-3 414	-0.1	1 513	0.0
Dívida externa	84 300	2.6	16 163	0.4
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	10 907	0.3	1 533	0.0
Reconhecimento de dívidas	-345	-0.0	2969	0.1
Privatizações	-3217	-0.1	-2742	-0.1
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-1.9		-5.7
PIB em R\$ milhões	3 185 126		3 674 964	

^{1/} Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:

$(\sum \text{Fatores Condicionantes} / \text{PIB}_{12\text{MesesValorizado}}) \times 100$. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

^{2/} Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

^{3/} Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

^{4/} Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula:

$\text{Dt-1} / (\text{PIBMêsAtual} / \text{PIBMêsBase}) - \text{Dt-1}$.

reconhecimento de dívidas e do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,1 p.p. cada.

Quadro 4.10 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2008		2009		2010	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	1024 353	33.8	1130 595	35.5	1224 268	33.3
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	119 997	4.0	116 583	3.7	118 096	3.2
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	1 144 350	37.7	1 247 178	39.2	1 342 365	36.5
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	-15 479	-0.5	79 727	2.5	97 424	2.7
Ajuste patrimonial (C)	108 884	3.6	108 539	3.4	111 508	3.0
Ajuste de privatização (B)	-69 517	-2.3	-72 734	-2.3	-75 476	-2.1
Dívida líquida total (A)	1 168 238	38.5	1 362 711	42.8	1 475 820	40.2
Governo federal	760 249	25.1	971 724	30.5	1044 518	28.4
Banco Central do Brasil	-31 922	-1.1	-39 189	-1.2	-43 401	-1.2
Governos estaduais	359 575	11.9	350 339	11.0	387 503	10.5
Governos municipais	55 379	1.8	56 066	1.8	63 264	1.7
Empresas estatais	24 958	0.8	23 771	0.7	23 937	0.7
Dívida interna líquida	1 500 678	49.5	1 655 242	52.0	1 835 512	49.9
Governo federal	633 793	20.9	876 731	27.5	957 322	26.0
Banco Central do Brasil	451 188	14.9	368 999	11.6	430 187	11.7
Governos estaduais	343 521	11.3	335 899	10.5	368 599	10.0
Governos municipais	52 879	1.7	54 059	1.7	60 274	1.6
Empresas estatais	19 298	0.6	19 554	0.6	19 131	0.5
Dívida externa líquida	-332 440	-11.0	-292 532	-9.2	-359 692	-9.8
Governo federal	126 456	4.2	94 993	3.0	87 196	2.4
Banco Central do Brasil	-483 110	-15.9	-408 188	-12.8	-473 588	-12.9
Governos estaduais	16 054	0.5	14 440	0.5	18 904	0.5
Governos municipais	2 500	0.1	2 007	0.1	2 989	0.1
Empresas estatais	5 660	0.2	4 217	0.1	4 806	0.1
PIB em R\$ milhões	3 031 864		3 185 126		3 674 964	

Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação de impostos e contribuições federais, inclusive as contribuições que compõem o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atingiu R\$805,7 bilhões em 2010, registrando crescimento real de 9,9% no ano, considerado o IPCA como deflator. Esse desempenho, impulsionado pelo impacto da trajetória favorável da economia brasileira sobre o recolhimento do IPI, do Imposto de Renda sobre rendimentos do

Quadro 4.11 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral^{1/}

Discriminação	2008		2009		2010	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida Líquida do Setor Público (A= B+K+L)	1 168 238	38.5	1 362 711	42.8	1 475 820	40.2
Dívida líquida do governo geral (B=C+F+I+J)	1 175 203	38.8	1 378 129	43.3	1 495 285	40.7
Dívida bruta do governo geral (C=D+E)	1 740 888	57.4	1 973 424	62.0	2 011 522	54.7
Dívida interna (D)	1 595 878	52.6	1 861 984	58.5	1 904 779	51.8
Dívida externa (E)	145 010	4.8	111 440	3.5	109 397	3.0
Governo federal	126 456	4.2	94 993	3.0	87 503	2.4
Governos estaduais	16 054	0.5	14 440	0.5	18 904	0.5
Governos municipais	2 500	0.1	2 007	0.1	2 989	0.1
Créditos do governo geral (F=G+H)	-563 425	-18.6	-830 612	-26.1	-979 408	-26.7
Créditos internos (G)	-563 425	-18.6	-830 612	-26.1	-979 100	-26.6
Disponibilidades do Governo Geral	-292 507	-9.6	-445 177	-14.0	-451 320	-12.3
Aplic. da Previdência Social	-1 307	-0.0	-58	-0.0	-1579	-0.0
Arrecadação a recolher	-1 639	-0.1	-1 767	-0.1	-2 035	-0.1
Depósitos a vista (inclui ag. descentralizada)	-8 351	-0.3	-7 746	-0.2	-7 517	-0.2
Disponib. do governo federal no Bacen	-255 217	-8.4	-406 354	-12.8	-404 516	-11.0
Aplicações na rede bancária (estadual)	-25 993	-0.9	-29 252	-0.9	-35 673	-1.0
Créditos concedidos a inst. financeiras Oficiais	-43 087	-1.4	-144 787	-4.5	-256 602	-7.0
Instrumentos híbridos de capital e dívida	-7 633	-0.3	-15 550	-0.5	-19 879	-0.5
Créditos junto ao BNDES	-35 454	-1.2	-129 237	-4.1	-236 723	-6.4
Aplicações de fundos e programas	-61 700	-2.0	-73 851	-2.3	-95 910	-2.6
Créditos junto às estatais	-18 977	-0.6	-16 518	-0.5	-15 274	-0.4
Demais créditos do governo federal	-10 974	-0.4	-10 249	-0.3	-13 634	-0.4
Recursos do FAT na rede bancária	-136 181	-4.5	-140 030	-4.4	-146 360	-4.0
Créditos externos (H)	0	0.0	0	0.0	-307	-0.0
Governo federal	0	0.0	0	0.0	-307	-0.0
Governos estaduais	-	-	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-	-	-
Títulos livres na carteira do Bacen (I)	169 156	5.6	183 105	5.7	414 537	11.3
Equalização Cambial (J)	-171 416	-5.7	52 212	1.6	48 634	1.3
Dívida líquida do Banco Central (K)	-31 922	-1.1	-39 189	-1.2	-43 401	-1.2
Dívida líquida das empresas estatais (L)	24 958	0.8	23 771	0.7	23 937	0.7
PIB em R\$ milhões	3 031 864		3 185 126		3 674 964	

^{1/} Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Banco Central.

trabalho, do Programa de Integração Social/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e das contribuições previdenciárias, refletiu as seguintes alterações na estrutura tributária:

- i) elevação da alíquota do IOF incidente nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais;
- ii) final, a partir de 31 de março de 2010, da redução temporária nas alíquotas do IPI incidentes sobre veículos automotivos;
- iii) elevação de 6,58% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação (II), ressaltando-se o impacto adicional deste aumento derivado do crescimento anual das importações;
- iv) aumento das alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)-combustíveis incidentes sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009, combinado com compensações realizadas em 2009; e arrecadação extraordinária de R\$4 bilhões do PIS/Pasep, em dezembro de 2010, decorrente de depósito judicial efetuado por entidade financeira.

As arrecadações relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram aumentos anuais respectivos de 5,4% e 3,8%. Esses resultados, inferiores à média da arrecadação de impostos e contribuições federais, refletiram, em especial, o impacto da crise internacional sobre o lucro das empresas em 2009.

Quadro 4.12 – Arrecadação bruta de receitas federais

R\$ milhões					
Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	191 755	191 598	208 201	-0,1	8,7
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	39 466	30 752	39 991	-22,1	30,0
Imposto sobre a Importação (II)	17 235	16 092	21 119	-6,6	31,2
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	20 342	19 244	26 601	-5,4	38,2
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	120 800	117 887	139 690	-2,4	18,5
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	43 972	44 238	45 928	0,6	3,8
Contribuição para o PIS/Pasep	31 598	31 755	40 548	0,5	27,7
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	1 150	286	119	-75,1	-58,4
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	5 985	4 827	7 738	-19,3	60,3
Outros tributos	32 895	40 873	42 164	24,3	3,2
Subtotal	505 198	497 552	572 099	-1,5	15,0
Receita previdenciária	180 476	200 737	233 609	11,2	16,4
Total	685 674	698 289	805 708	1,8	15,4

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Quadro 4.13 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	191 755	191 598	208 201	-0,1	8,7
Pessoas físicas	14 987	14 840	17 252	-1,0	16,3
Pessoas jurídicas	84 726	84 519	89 101	-0,2	5,4
Entidades financeiras	12 635	13 610	13 118	7,7	-3,6
Demais empresas	72 091	70 909	75 983	-1,6	7,2
Retido na fonte	92 042	92 239	101 848	0,2	10,4
Rendimentos do trabalho	51 610	52 179	59 823	1,1	14,6
Rendimentos do capital	24 853	22 926	24 185	-7,8	5,5
Remessas para o exterior	9 565	10 657	11 297	11,4	6,0
Outros rendimentos	6 014	6 477	6 542	7,7	1,0
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	39 465	30 752	39 991	-22,1	30,0
Fumo	3 210	3 312	3 705	3,2	11,9
Bebidas	2 437	2 291	2 419	-6,0	5,6
Automóveis	6 001	2 054	5 672	-65,8	176,1
Vinculado à importação	17 415	14 685	16 874	-15,7	14,9
Outros	10 402	8 410	11 321	-19,2	34,6

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Previdência Social

O RGPS registrou déficit de R\$42,9 bilhões em 2010, mesmo patamar do ano anterior, representando 1,17% do PIB, ante 1,35% do PIB em 2009. As receitas somaram R\$212 bilhões, elevando-se 16,5% no período, resultado associado, em especial, ao impacto do crescimento da massa salarial sobre as contribuições da folha de pagamentos.

As despesas com benefícios atingiram R\$254,9 bilhões. O aumento anual de 13,3% refletiu, fundamentalmente, as elevações assinaladas no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, 8,8%, em decorrência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; na quantidade média mensal de benefícios pagos, 3,2%; e no pagamento de precatórios e sentenças judiciais, 11,1%.

Finanças estaduais e municipais

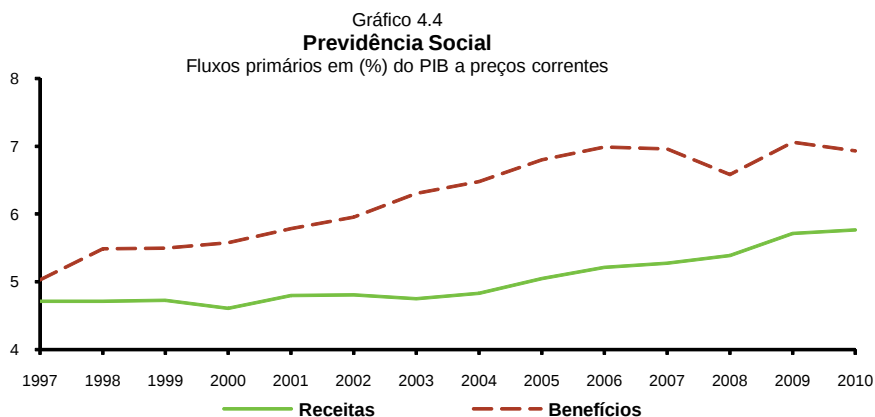
A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R\$269,5 bilhões em 2010, registrando crescimento real de 12,1% no ano, considerado o IPCA como deflator, com ênfase no dinamismo dos setores elétrico, de telefonia, e de combustíveis e bebidas. Os aumentos mais acentuados ocorreram em Pernambuco,

Quadro 4.14 – Resultado da Previdência Social

R\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Arrecadação líquida	163 355	182 008	211 968	11,4	16,5
Arrecadação bruta	180 891	201 172	234 252	11,2	16,4
Contribuição previdenciária	167 758	183 110	212 558	9,2	16,1
Outras receitas	13 133	18 062	21 694	37,5	20,1
Restituição (-)	545	555	740	1,8	33,3
Transferências a terceiros (-)	16 991	18 609	21 544	9,5	15,8
Benefícios previdenciários	199 562	224 876	254 859	12,7	13,3
Resultado primário	-36 207	-42 868	-42 891	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social



16,6%; Goiás, 15,8%; Minas Gerais, 15,9%; e Santa Catarina, 15,7%, enquanto a arrecadação relativa ao estado de São Paulo, representando 34,2% do total, cresceu 12% no período.

As transferências da União para os estados e municípios totalizaram R\$140,7 bilhões, aumentando 10,2% no ano, ressaltando-se o crescimento de 26,9% nos pagamentos de *royalties*.

Quadro 4.15 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

R\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	76 322	78 507	92 317	2,9	17,6
Rio de Janeiro	17 836	19 100	23 002	7,1	20,4
Minas Gerais	23 214	22 349	27 188	-3,7	21,7
Rio Grande do Sul	14 825	15 087	17 265	1,8	14,4
Paraná	11 767	12 336	13 773	4,8	11,7
Bahia	10 239	10 143	12 143	-0,9	19,7
Santa Catarina	7 944	8 528	10 366	7,4	21,6
Goiás	6 143	6 717	8 170	9,3	21,6
Pernambuco	6 209	6 866	8 411	10,6	22,5
Espírito Santo	7 001	6 670	6 965	-4,7	4,4
Demais estados	41 669	42 975	50 330	3,1	17,1
Total	223 168	229 278	269 930	2,7	17,7

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

Quadro 4.16 – Transferências da União para os estados e municípios

R\$ milhões

Discriminação	2008	2009	2010	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Fundos de Participação e IPI-exportação	101 881	97 561	105 745	-4.2	8.4
Fundo de Comp. das Exportações (LC nº 87/1996)	1 640	1 950	1 950	18.9	0.0
Transferências da Cide	1 579	962	1 776	-39.1	84.6
Demais	27 976	27 211	31 207	-2.7	14.7
Auxílio financeiro aos estados e municípios	3 576	3 818	3 266	6.8	-14.5
ITR/IOF	173	237	366	37.0	54.4
Royalties (Lei nº 9.478/97)	15 800	12 199	15 481	-22.8	26.9
Salário-educação	0	5 755	6 554	-	13.9
FundeB	3 200	5 070	5 353	58.4	5.6
Outras ^{1/}	5 227	132	187	-97.5	41.7
Total	133 076	127 684	140 678	-4.1	10.2

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

^{1/} Inclui, no ano de 2008, transferências referentes ao salário-educação.